

Uma avaliação sobre o acesso aos serviços de seguros em Moçambique.

Simão Djedje – Director Editorial

Visão geral do país e os padrões demográficos

Moçambique está localizado na costa leste da África Austral e faz fronteira com as Repúblicas da África do Sul e Eswatini, no Sul, da Tanzânia e do Malawi, no Norte e da Zâmbia e Zimbábue no Centro. A leste, o país é banhado pelo Oceano Índico ao longo de uma costa que se estende por 2.470 quilómetros (km). Com extensão territorial de cerca de 799.380 km², cerca de 70% corresponde à área terrestre e, desta, mais de 45% é arável.

As projecções do mais recente censo demográfico e de habitação realizados pelo INE indicam que, em 2022, o país possuía cerca de 31,6 milhões de habitantes, com uma idade mediana de menos de 18 anos. O padrão de distribuição da população entre as 11 províncias é muito heterogéneo, com três províncias (Nampula, Zambézia e Tete) a albergarem quase metade da população (mais de 15 milhões de habitantes), como mostra a tabela 1.

A tabela 1 mostra, igualmente, que 65,5% da população (mais de 20 milhões de habitantes) vivem nas zonas rurais e apenas 34,5% vivem nas zonas urbanas, nas cidades capitais e vilas municipais. A estrutura da população por sexo mostra haver mais mulheres que homens em todos os domínios espaciais. Para 2022, o número de mulheres esteve em mais de 1 milhão acima dos homens.

A taxa de analfabetismo, que corresponde à percentagem da população de 15 anos ou mais que não sabe ler nem escrever, tem vindo a diminuir ao longo do tempo. O INE estimou que entre 2019/20, apenas 39,9% da população não sabiam ler e nem escrever, contra os cerca de 50,4% apurados em 2007¹. Apesar desta expressiva redução, o analfabetismo mantém-se substancialmente elevado nas zonas rurais, onde se estima que um pouco mais da metade da população é analfabeta (52,3%).

A pobreza é igualmente um fenómeno estrutural em Moçambique. Embora os resultados das avaliações nacionais da pobreza realizadas no país mostrem que, de uma maneira geral, a pobreza tendeu a reduzir nos últimos 20 anos², cerca de 46,1% da população ainda é considerada pobre, conforme os dados da quarta avaliação nacional de pobreza de 2014/15.

Comparando os dados da incidência da pobreza com os das taxas de analfabetismo, é possível estabelecer uma correlação positiva forte entre a pobreza e a educação. Do quadro 1, nota-se claramente que as províncias com altas taxas de analfabetismo tendem a apresentar índices altos de incidência da pobreza, com excepção da província de Gaza que, apesar de apresentar níveis de

¹ Resultados do terceiro Recenseamento Nacional da População e Habitação (III RGPH 2007)

² Primeira avaliação: IOF 1996/97 (69,7%). Segunda avaliação: IOF 2002/03 (52,8%); Terceira avaliação: IOF 2008/09 (51,7%); e Quarta avaliação: 2014/15 (46,1%). Entre parênteses as taxas de incidência da pobreza com base no consumo.

analfabetismo baixos (na casa dos 26,1% — terceiro melhor classificado ao nível nacional), foi a quarta província mais pobre do país com uma taxa de incidência de pobreza estimada em 52,1%.

Quadro 1: Distribuição da População por características seleccionadas. 2022

Áreas de residência e províncias	Total	Homem	Mulher	Total da População (%)	Taxa de analfabetismo (em %) ¹	Incidência da Pobreza (em %) ²
Moçambique	31 616 078	15 279 669	16 336 409	100	39,9	46,1
<i>Área de residência</i>						
Urbano	10 907 547	5 247 898	5 659 649	34,5	19,7	37,4
Rural	20 708 531	9 963 400	10 745 131	65,5	52,3	50,1
<i>Províncias</i>						
Niassa	2 132 767	1 036 736	1 096 031	6,7	53,5	60,6
Cabo Delgado	2 670 078	1 299 258	1 370 820	8,4	52,4	44,8
Nampula	6 490 271	3 163 853	3 326 418	20,5	52,4	57,1
Zambézia	5 854 843	2 820 990	3 033 853	18,5	50,1	56,5
Tete	3 080 446	1 516 015	1 564 431	9,7	42,1	31,8
Manica	2 235 836	1 079 222	1 156 614	7,1	28,9	41,0
Sofala	2 600 754	1 266 428	1 334 326	8,2	36,8	44,2
Inhambane	1 564 289	726 330	837 959	4,9	29,2	48,6
Gaza	1 465 802	667 686	798 116	4,6	26,1	51,2
Maputo	2 390 673	1 153 513	1 237 160	7,6	13,3	18,9
Cidade de Maputo	1 130 319	549 638	580 681	3,6	6,7	11,6

Nota: 1. A taxa do analfabetismo é calculada como percentagem da população de 15 anos e mais que não sabe ler e nem escrever em qualquer língua. Os dados foram extraídos do relatório do IOF 2019/20 (INE, 2021); 2. Taxas de incidência da pobreza, são expressas em percentagem da população. Os dados foram extraídos do relatório da quarta avaliação nacional de pobreza (MEF, 2016)

Força de trabalho

Do total da população com 15 anos e mais de idade (cerca de 17 milhões de habitantes), 93,6% corresponde à População Economicamente Activa (PEA³), ou seja, o grosso da população empregada e/ou com disponibilidade para realizar algum trabalho remunerável ou não. A taxa de emprego, que é a relação entre as pessoas encontradas na situação de empregadas⁴ e o total de

³ Entende-se por população economicamente activa (PEA) ou força de trabalho, toda a população de 15 anos ou mais, que trabalhou ou tinha emprego no período de referência e também aquela que no período de referência esteve desocupada e sem emprego, mas estava disponível para realizar alguma actividade económica caso lhe fosse dada a oportunidade.

⁴ Por definição da IOT, a população empregada compreende toda a população de 15 anos ou mais de idade ocupada (que trabalhou ou tinha emprego no período de referência) e, também, aquela que no período de referência esteve desocupada, mas, disponível para realizar qualquer actividade económica.

PEA, foi estimada em 74,0% em 2019⁵ e subiu para 83,7% em 2021 e é mais elevada na zona rural (92,8%), quando comparada com a urbana (71,5%⁶).

Dada à forte dotação de terra e água (mar, rios e lagos), mais de 70% da população adulta⁷ se dedica à actividade agropecuária e a pesca. Deste grupo, os dados do mais recente inquérito do sector informal de 2021 (INFOR 2021) mostram que 83,8% (cerca de 13,5 milhões de habitantes) exercem actividade informais⁸ e apenas 5,8% exercem actividades formais (cerca de 1 milhão de habitantes). Comparando estes resultados com os do INFOR 2004, como mostra o quadro 2 abaixo, nota-se, à primeira vista, que é expressiva a magnitude com que o sector informal evoluiu.

Ao nível nacional, a proporção da população informal cresceu de 75,2% para 83,8% e, como consequência, a proporção da população formal baixou de 7,9% para 5,8%. Por áreas de residência, os dados mostram que a informalidade é predominantemente rural, com um peso de cerca de 86,9% contra 50,4% na zona urbana. Por outro lado, o emprego formal é maioritariamente urbano.

Quadro 2: Distribuição percentual da população por situação de emprego e sexo, segundo área de

Área de residência e Província	Tipo de actividade	
	INFOR 2004	INFOR 2021

residência e província. Moçambique, INFOR 2004 e 2021.

⁵ Dados do Relatório sobre o Orçamento familiar (IOF) 2019/20.

⁶ Este facto é consistente com os altos níveis de desemprego registados nos maiores centros urbanos: em 2020 a taxa de desemprego na Cidade de Maputo e na Província de Maputo, foram estimadas em 37,1% e 31,6%, respectivamente.

⁷ População de 15 anos e mais;

⁸ Por Actividades Informais entende-se aquelas caracterizadas por um baixo nível de organização, geralmente, de nível familiar, com divisão limitada ou inexistente entre trabalho e capital e relações de trabalho, geralmente baseadas em colaboração ocasional, de relação familiar ou de amizade, sem contratos formais. Caracteriza-se, igualmente, por não formalização (registo) das empresas ou quando registadas é ao nível das estruturas locais (licenças precárias).

	Informal (em %)	Formal (em %)	Desempregados (em %)	Total Força de Trabalho (valores em milhares)	Informal (em %)	Formal (em %)	Desempregados (em %)	Total Força de Trabalho (valores em milhares)
Moçambique	75,2	7,9	17,0	10 191,80	83,8	5,8	10,4	16 070,66
<i>Área de residência</i>								
Urbano	50,4	18,5	31,1	3 289,7	70,0	9,6	20,3	6 649,08
Rural	86,9	2,8	10,2	6 902,1	93,5	3,0	3,4	9 421,58
<i>Províncias</i>								
Niassa	77,9	4,1	18	505,5	92,1	3,8	4,0	1 047,52
Cabo Delgado	79,9	4,3	17,7	911,0	80,7	6,1	13,2	1 321,46
Nampula	79,2	4,2	16,6	1 852,4	83,0	4,3	12,7	3 181,94
Zambézia	85,5	4,7	9,8	1 789,0	83,9	8,6	7,5	2 990,97
Tete	87,4	4,5	8,1	850,8	86,7	4,6	8,7	1 547,45
Manica	81,2	5,5	13,2	763,4	89,8	3,4	6,8	1 067,33
Sofala	65,2	14,1	20,7	924,5	85,2	5,1	9,7	1 289,10
Inhambane	72,8	6,1	21,1	826,2	85,2	5,0	9,7	844,13
Gaza	83,7	4,2	12,1	686,6	85,0	8,4	6,5	816,81
Maputo	49,5	20,8	29,7	539,2	81,1	5,0	13,9	1 298,03
Cidade de Maputo	27,4	32,7	39,9	543,2	63,7	9,4	26,9	674,90

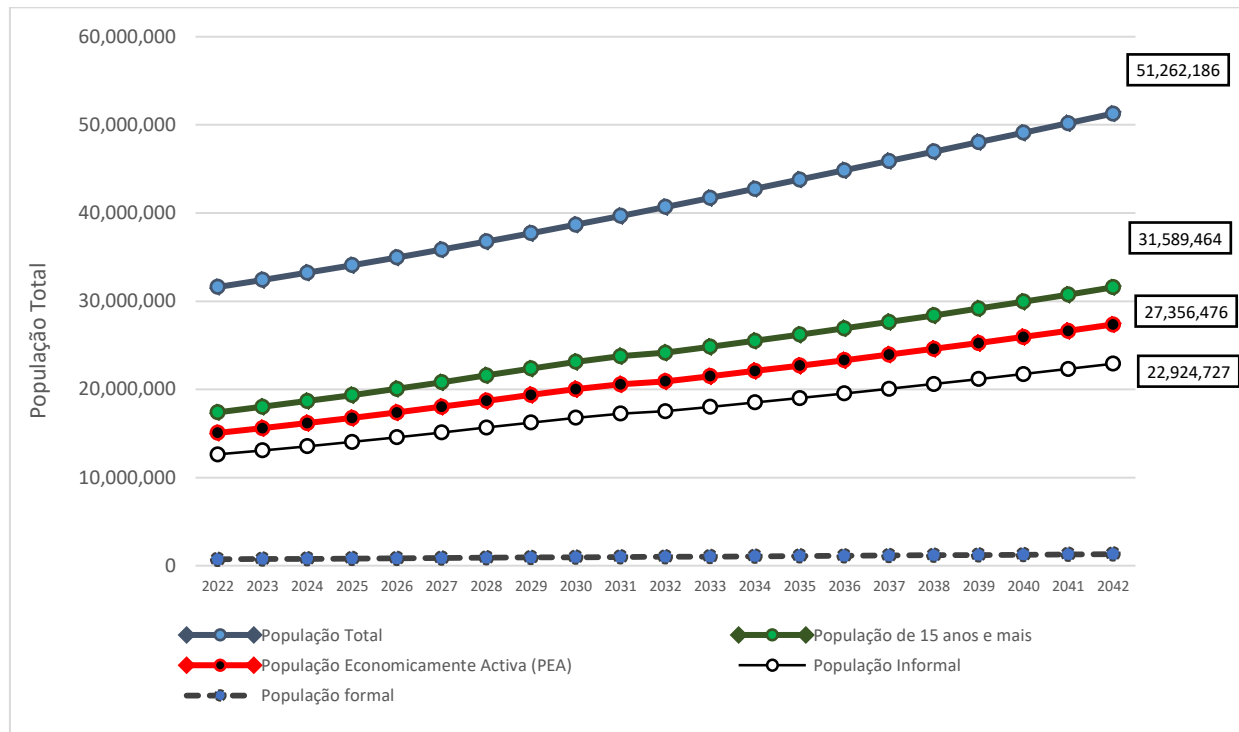
Fonte: INE (INFOR 2004 e 2021)

A proporção da população informal sobre o total da força de trabalho é maior nas províncias de Niassa (92,1%), Manica (89,8%) e Tete (86,7%). A proporção força de trabalho empregue no sector formal da economia é maior na Cidade de Maputo (9,4%) e nas províncias de Zambézia (8,6%) e Gaza (8,4%).

Olhado para os indicadores da massa laboral num horizonte temporal de longo prazo, como ilustra o gráfico 1 abaixo, a força laboral moçambicana (População Economicamente Activa) passará dos actuais cerca de 16 milhões de habitantes para cerca de 20,1 milhões em 2030, e chegará aos 27,3 milhões em 2042, se se mantiverem a actual estrutura da composição da massa laboral. Este crescimento será acompanhado por um crescimento mais rápido na população empregue no sector informal que chegará à casa dos 22,9 milhões em 2042.

A população empregue no sector formal irá crescer de forma significativamente lenta se assim se mantiver. Espera-se que em 2042 a força laboral formal seja composta por cerca de 1,3 milhões de habitantes.

Gráfico 1: Evolução da População laboral em Moçambique. 2022-2042⁹



Fonte: Projeções da População 2017-2050 (INE)

Economia informal

As evidências estatísticas e históricas têm mostrado que os baixos níveis de criação de empregos formais em Moçambique propiciam um ambiente natural para a dominância cada vez crescente da informalidade. Estudos recentes apontam para uma contribuição de cerca de 41% do sector informal no Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique¹⁰, significativamente acima das estimativas mais antigas. Por exemplo, De Abreu e De Abreu (1996) estimaram que cerca de 33,3% do PIB total era gerado no sector informal; Sulemane (2001) com dados até 1997, estimou que à volta de 40% da força de trabalho urbana estava empregue no sector informal urbano; Medina & Schneider (2018) estimaram um peso de 36,4% sector informal entre 2004 – 2015.

Estes resultados, vistos em perspectiva mundial, colocam o sector informal de Moçambique comparável a países como Brasil (37,6%), Níger (39,7%), Togo (37,3%) Uganda (38,7%), Ruanda (36,25%), Filipinas (39,3%), Mali (38,7%) e Malawi (38,5%), só para dar alguns exemplos¹¹.

⁹ AS Projeções da População são extraídas dos dados do IV RGPH (INE 2017). As projecções da PEA, da População formal e da População informal, foram baseadas no pressuposto de que as proporções em relação a população total mantem-se inalteradas durante os próximos 20 anos.

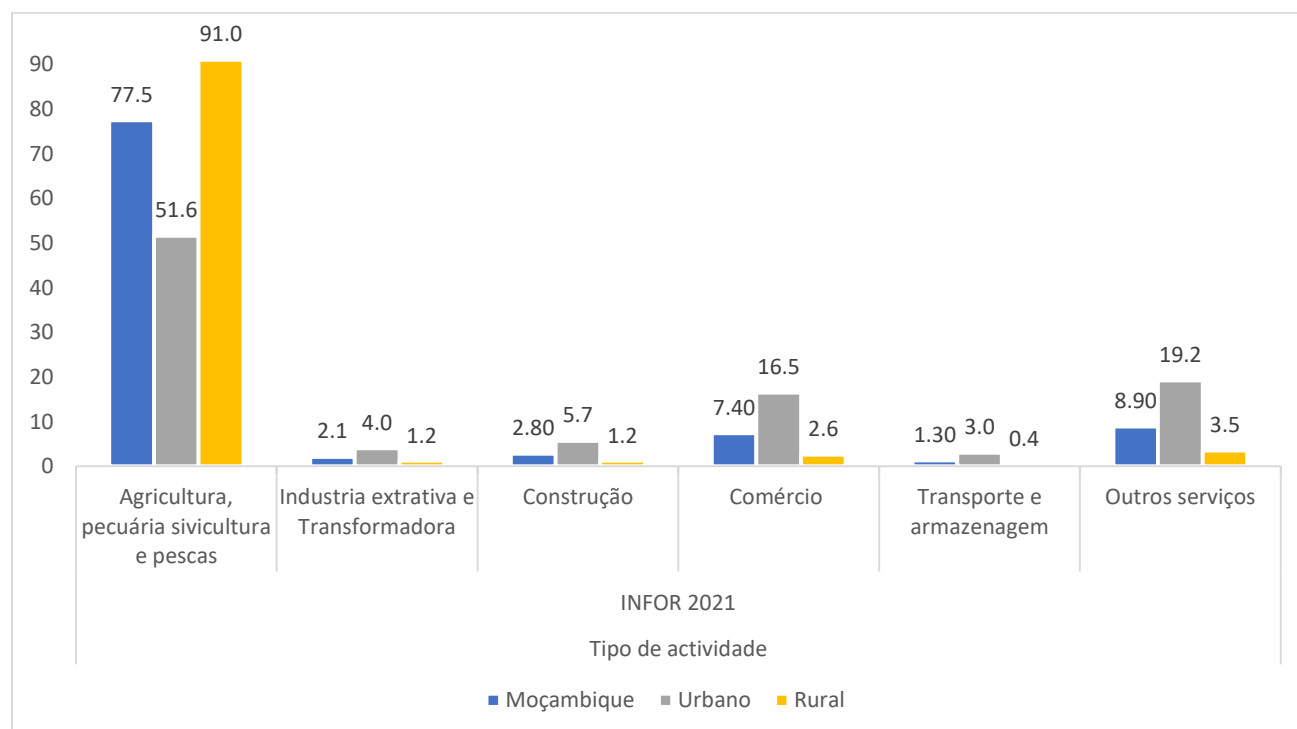
¹⁰ INE (2022) Estudos temáticos sobre o Sector Informal

¹¹ Médias anuais para o período de 2004 a 2015. Dados extraídos no artigo de Medina & Schneider (2018).

Historicamente, as actividades nos ramos da agricultura, pecuária e pesca são as que mais empregos geram no sector informal. O INFOR 2004 estimou que cerca de 90,6% do emprego informal estava concentrado nas actividades agrárias, sendo ainda maior na zona rural, com cerca de 97,0%. Esta constatação está alinhada com a estrutura produtiva da economia moçambicana que, segundo os dados das Contas Nacionais, é predominantemente agrária¹².

Os resultados do INFOR de 2021 mostram uma tendência de emergência de actividades informais não agrícolas, como o caso do comércio, construção, transportes e armazenagem, indústria e outros serviços, no actual espectro da composição informal em Moçambique, embora as actividades nos ramos da agropecuária, silvicultura e pesca mantenham a hegemonia a todos os níveis. O gráfico 1, abaixo, sustenta essas constatações.

Gráfico 2: Distribuição Percentual de População de 15 anos e mais com actividade informal por Ramo de actividade, Moçambique. INFOR 2021



Fonte: INE (INFOR 2021)

Estes resultados sugerem que o sector informal em Moçambique mantém uma importância significativa na estrutura económica nacional e igualmente está em constante transformação e a diversificar-se.

¹² INE (Dados das Contas Nacionais)

Do ponto de vista institucional, constata-se uma tendência para a criação de associações de operadores informais das várias áreas de actividade — transportadores, *mukheristas*, agentes, microorganismos, vendedores em mercados informais, etc. — reconhecendo-se que algumas dessas iniciativas têm sido úteis na gradual transformação de mercados informais em formais ou, pelo menos em semi-formais (De Abreu, 2007).

Ainda assim, é importante reter que alguns elementos justificam a expansão do sector informal em Moçambique. O Relatório Nacional de Moçambique sobre o Sector Informal, datado de 1995¹³, já apontava para factores como: (i) o aumento da vulnerabilidade das famílias mais pobres, (ii) a fraca capacidade de sobrevivência, (iii) crescimento das taxas de desemprego, a redução de oportunidades e o crescimento da exclusão e (iv) poucas possibilidades de emprego no sector formal. Adicionalmente a estes factores, De Abreu (2007) aponta para factores relacionados com: (i) carga tributária elevada, (ii) excesso de burocracia, (iii) ineficiência na administração pública e (iv) a proibição legal de algumas actividades.

Sector informal e inclusão financeira

Na perspectiva económica, a economia informal permite, ao longo do tempo, o estabelecimento de uma base de acumulação de renda e com capacidade de promover o crescimento de uma economia mais diversificada e com benefícios multiplicadores em vários domínios como o emprego, crescimento económico e redução da pobreza. Igualmente, o sector é facilmente adaptável às estratégias mais flexíveis orientadas aos agregados familiares de rendimentos baixos.

Por exemplo, do ponto de vista financeiro, os indicadores de inclusão financeira têm mostrado um crescimento rápido e adaptativo no alargamento e acesso aos serviços financeiros não tradicionais (particularmente das contas de moeda electrónica e digital) para grande maioria da população, e maioritariamente empregados no sector informal, em detrimento dos serviços tradicionais, como o caso das contas bancárias, os cartões de débito, o crédito bancário, entre outros.

O mais recente relatório de inclusão financeira do Banco de Moçambique (2022) mostra, por exemplo, que em 2016, o número de indivíduos com acesso a uma conta bancária em cada 100 mil adultos era de menos de 5 indivíduos (4,6) e um pouco mais de 129 indivíduos tinham um acesso a um agente de instituições de moeda electrónica (IME); já em 2022 (6 anos depois), o número de indivíduos com acesso a uma conta bancária manteve-se nos níveis de menos de 5 indivíduos (4,3), mas, em contrapartida, o acesso a um agente de instituições de moeda electrónica (IME¹⁴) passou para um pouco mais de 847 indivíduos em cada 100 mil adultos.

O acesso às instituições de moeda electrónica está estritamente ligado à posse de telemóveis (telefone celular) e os dados mostram uma história coerente nesse sentido. A posse de telemóveis, ao nível nacional, evoluiu significativamente entre os anos 2007, 2014 e 2019, na ordem de 24,0%¹⁵, 55,5%¹⁶ e 60,6%¹⁷, respectivamente. Essa percentagem é ainda maior nas

¹³ INE (2022) Estudos Temáticos sobre o sector informal.

¹⁴ O número de IME actual é de 3, nomeadamente Mpesa, mkash e emola. (Banco de Moçambique, Relatório de Inclusão Financeira, 2022)

¹⁵ Resultados do III Censo Geral da População e Habitação (RGPH 2007)

zonas urbanas, em comparação com a área rural. Relativamente ao género, os homens apresentam taxas mais elevadas em relação às mulheres. Em contrapartida, os dados mostram um avanço muito lento no domínio de acesso à internet, com a percentagem da população a passar dos 2,1% em 2007 para 6,6% em 2017, conforme os resultados do último censo da população de 2017.

Estes resultados implicam, à partida, que o uso dos serviços financeiros não tradicionais por meio de contas de moeda electrónica é operado maioritariamente via sistema de Dados de Serviço Suplementares Não Estruturados (sigla USSD¹⁸, em inglês), em detrimento do acesso via rede de internet. Esta constatação é consistente com os resultados apurados no relatório do FinScope de 2019¹⁹, em relação ao uso dos canais de Contas Móveis, principalmente para operações de transferência de dinheiro para pagamentos de bens e serviços (públicos e privados), levantamentos, envio e recebimentos de dinheiro, entre outros.

Padrões de protecção social e serviços de seguro

A segurança social obrigatória em Moçambique compreende os regimes dos trabalhadores do sector privado, designadamente os trabalhadores por conta de outrem (TCO) e os trabalhadores por conta própria (TCP), geridos pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS); funcionários e agentes do Estado, geridos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); e o regime dos trabalhadores do Banco de Moçambique, gerido por um fundo de pensões próprio.

O financiamento do regime de segurança social obrigatória gerida pelo INSS²⁰, no caso dos TCO, é custeada pelas entidades empregadoras e pelos trabalhadores que contribuem respectivamente com o equivalente a 4% e 3% do salário do trabalhador, ao passo que os TCP pagam as contribuições em sua totalidade, ou seja, 7%. Igualmente, o financiamento do regime de segurança social obrigatória gerido pelo INPS²¹ é baseado em uma taxa de contribuição de 7%, descontado do salário do servidor público.

Os dados actualizados sobre Protecção Social em Moçambique²² mostram que existia, em 2021, um universo de 956.097 trabalhadores activos nos sistemas de segurança para trabalhadores do sector privado e funcionários públicos (INSS e INPS), sendo 63,6% activos no INSS e 36,4% funcionários públicos. Dos trabalhadores activos no INSS, 98,7% são trabalhadores em regime de trabalho por conta de outrem (TPO) e apenas 1,3% são trabalhadores em regime de r conta própria (TCP).

Quadro 3: Trabalhadores Inscritos no Sistema de Segurança Social Público e Privado. Moçambique, 2021

Tipo de Trabalhador	Total	Homem	Mulher	Total (%)
---------------------	-------	-------	--------	-----------

¹⁶ Resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2014/15 (IOF 2014/15)

¹⁷ Resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2019/20 (IOF 2019/20)

¹⁸ Sigla do inglês, abreviada de Unstructured Supplementary Service Data (USSD)

¹⁹ The FINSCOPE Consumer Survey 2019 Report

²⁰ Lei nº 04/2007, de 7 de Fevereiro.

²¹ Decreto 90/2018, de 31 de Dezembro, de criação do Fundo de Pensões dos Funcionários do Estado (FPFE)

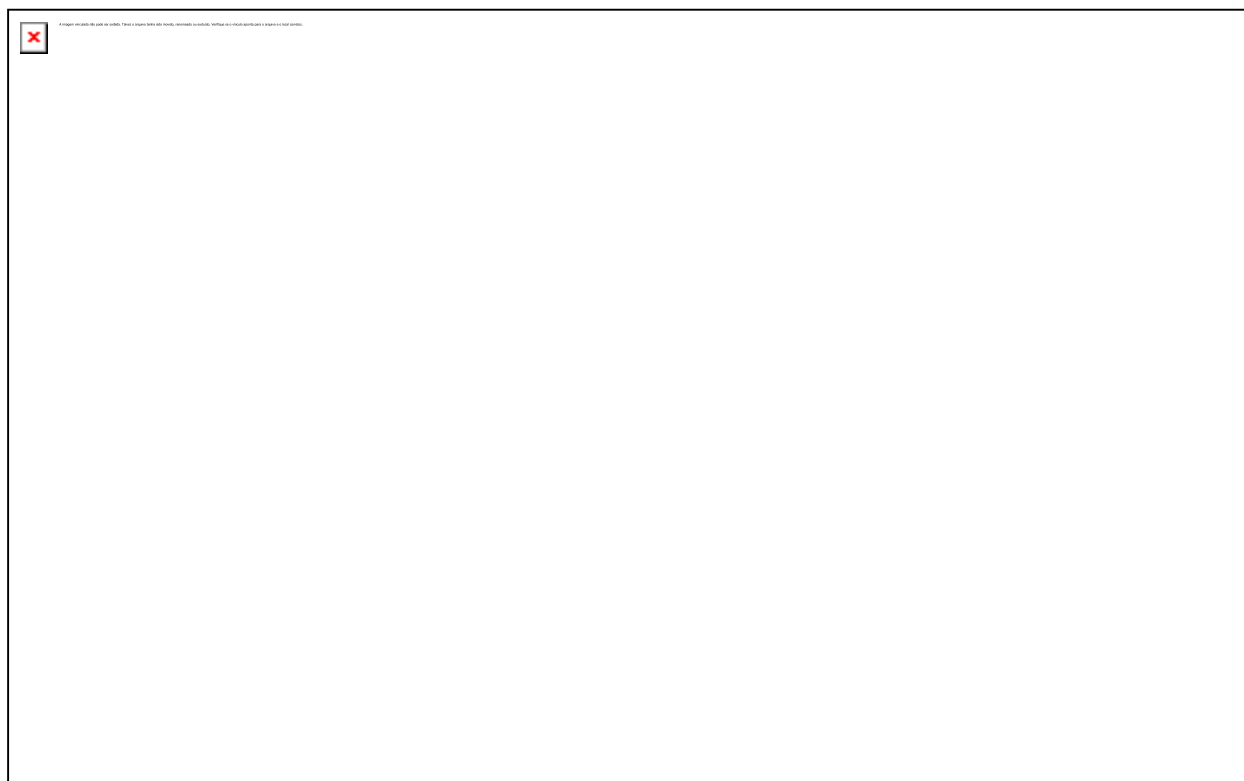
²² Ministério do Trabalho e Segurança Social (2022)/ 4º Boletim Estatístico sobre Protecção Social.

Total	956 097	669 780	286 317	100,0
Activos no INSS	608 162	469 038	139 124	63,6
TCO	600 355	464 567	135 788	62,8
TCP	7 807	4 471	3 336	0,8
Activos no INPS	347 935	200 742	147 193	36,4
Funcionário Público	347 935	200 742	147 193	36,4

Fonte: Ministério do Trabalho /4º Boletim Estatístico sobre Protecção Social em Moçambique (2022)

Em termos de distribuição por sexo, os dados mostram uma distribuição assimétrica entre homens e mulheres, sendo que o número de trabalhadores homens activos supera em mais de duas vezes o número de mulheres, como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 3: Distribuição dos trabalhadores inscritos no Sistema de Segurança por sexo. Moçambique, 2021



Fonte. Ministério do Trabalho (2022). TCO — Trabalhador por Conta de Outrem; TCP — Trabalhador por Conta Própria

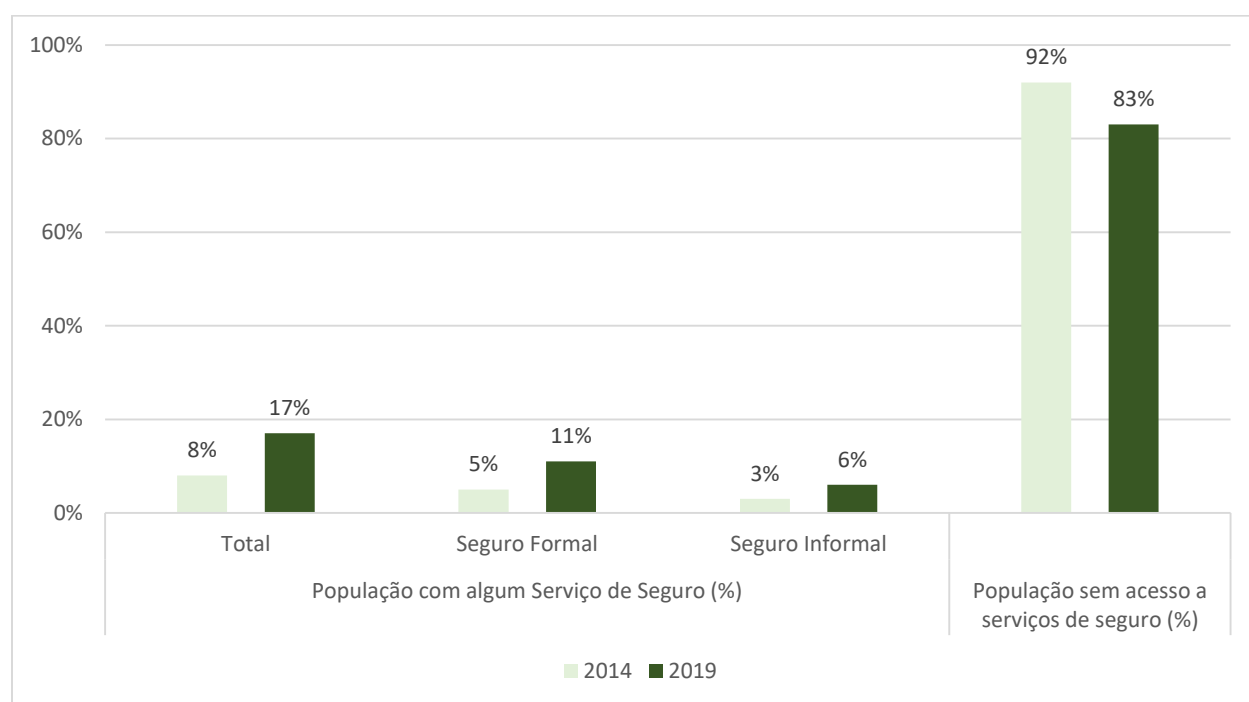
O número de trabalhadores activos nos sistemas de segurança social obrigatória é um *proxy* para distinguir os trabalhadores formais dos informais. É razoável considerar que o grupo dos cidadãos que contribui para segurança social obrigatória, que por vínculo a uma entidade privada

ou por vínculo ao Estado, ou por conta própria, estão a exercer actividades formais, ou pelo menos apresentam rendimentos regulares e estáveis ao longo do tempo.

Os dados apresentados acima permitem concluir que a força de trabalho formal corresponda a menos de 6% do total da força de trabalho em Moçambique, deixando grande maioria da população fora do sistema formal de segurança social obrigatória. Esta constatação está em linha com os resultados dos inquéritos sobre o Sector Informal (INFOR) e do relatório do Inquérito sobre inclusão financeira, FinScope (2019).

O gráfico 3 mostra que, apesar de se ter registado um aumento expressivo na proporção da população adulta com acesso a algum serviço de seguro entre 2014 a 2019, a proporção da população fora deste segmento é significativamente elevado: 83% da população adulta não tem acesso a qualquer serviço de seguro; do grupo dos indivíduos com acesso a algum serviço de seguro, 11% teve acesso a um seguro numa instituição formal e 6% teve acesso a um seguro numa instituição informal²³, revelando maior aceitação para os serviços financeiros formais²⁴.

Gráfico 4: Distribuição percentual da População por acesso aos serviços de seguro. Moçambique, 2014 e 2019.



Fonte: FinScope (2019)

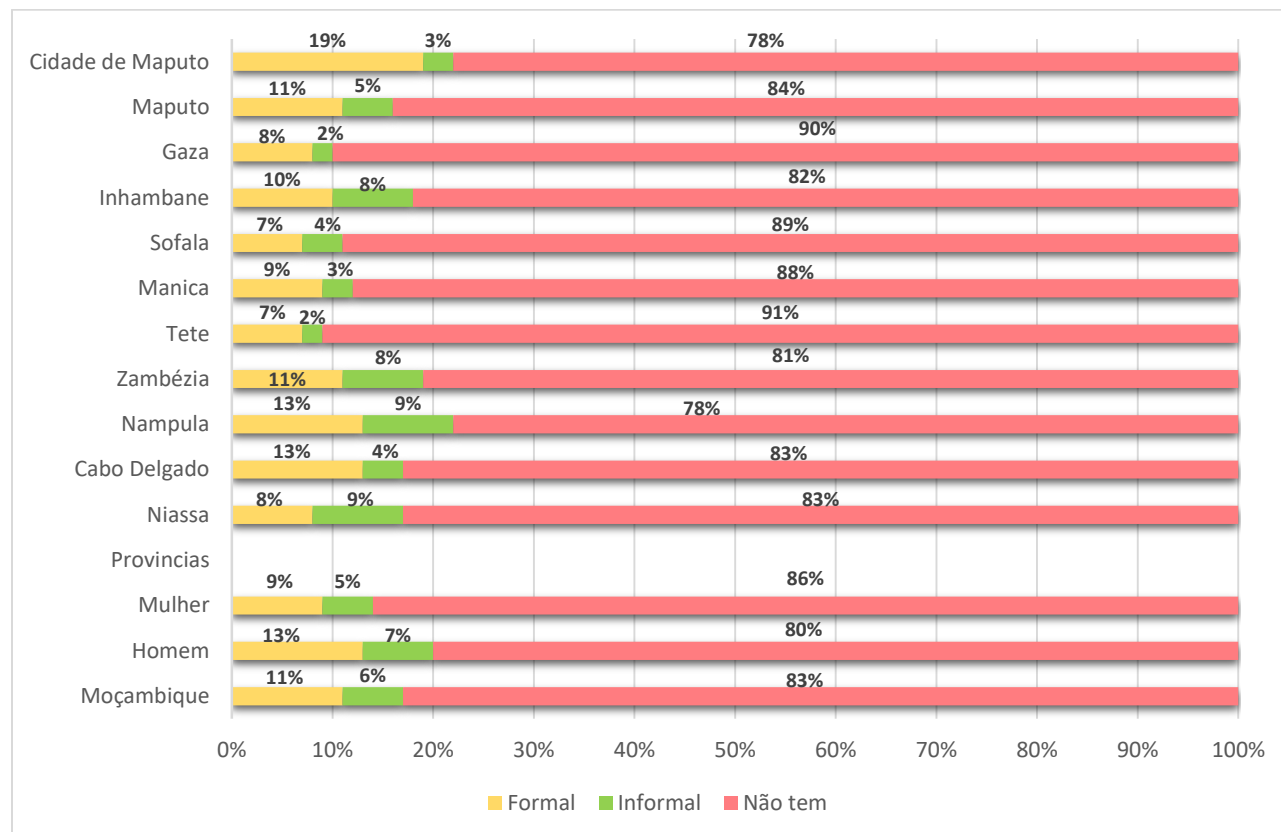
O gráfico 4 apresenta a desagregação dos dados do acesso aos serviços de seguro por província e sexo. O gráfico ressalta, à primeira vista, uma realidade quase similar em todas as 11 províncias

²³ Financial services provided by individuals and/or associations, which are not regulated by government such as savings clubs and private moneylenders

²⁴ Products provided by government regulated financial institutions such as commercial banks, insurance companies and microfinance institutions.

do país. Os serviços de seguro são inacessíveis para grande maioria da população. Das províncias com maior seguro formal e informal, destacam-se, não surpreendentemente, a Cidade de Maputo (22%), Nampula (22%) e Zambézia (19%). Do outro lado, os níveis mais baixos foram registados nas províncias de Tete (9%), Gaza (10%) e Sofala (11%). O gráfico mostra igualmente que a adesão ao seguro é maioritariamente masculina (20%), para ambos seja maior o acesso aos serviços formais de seguro (13% para os homens e 9% para as mulheres).

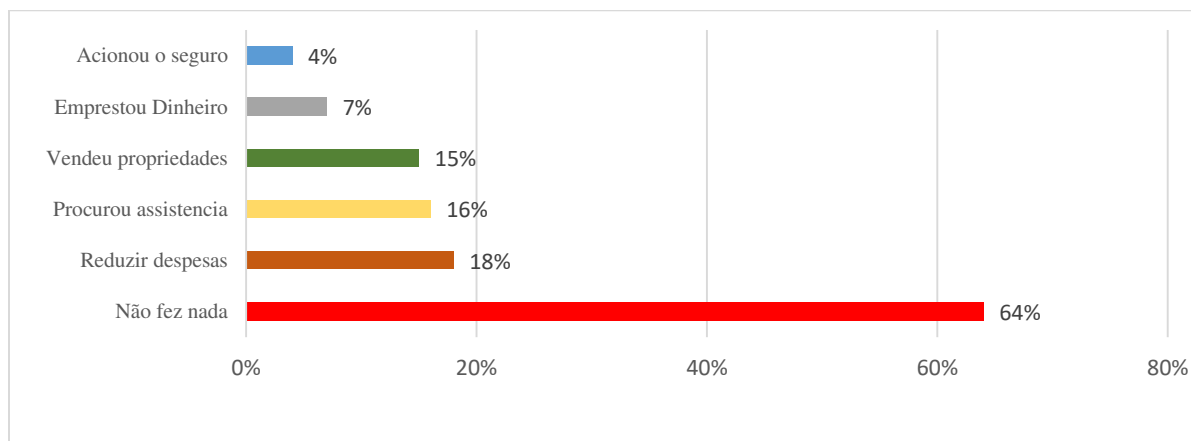
Gráfico 5: Distribuição percentual da População por acesso aos serviços de seguro, por província e sexo. FinScope (2019).



Fonte: FinScope (2019)

Por outro lado, no que toca às acções tomadas em caso de ocorrência de um evento indesejado, os dados do relatório de FinScope (2019) mostram que indivíduos têm diferentes estratégias: mais de 60% dos adultos não fez nada para lidar com o risco; 18% teve que reduzir despesas; 15% teve de vender algo para conseguir dinheiro; apenas 4% da população reivindicou suas apólices de seguro.

Gráfico 6: Distribuição das acções tomadas em caso de ocorrência de um evento indesejado. FinScope (2019)



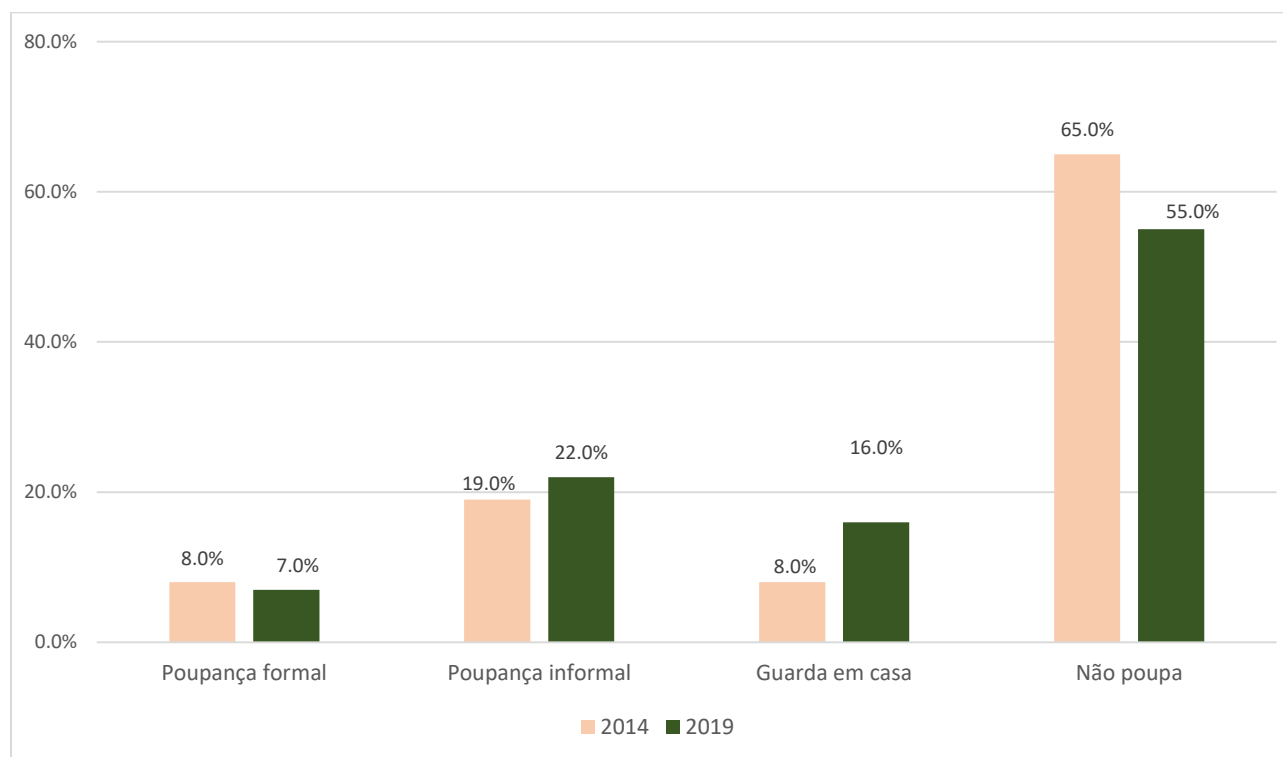
Fonte: FinScope (2019)

O facto de a maioria das famílias (64%) não poder fazer nada, ou cortar gastos, ou mesmo vender propriedades em situações de eventos indesejados, reflecte, por um lado, dificuldades económicas às quais as famílias podem estar enfrentado (FinScope, 2019). Essa situação ainda é mais preocupante para os indivíduos e famílias que se dedicam a actividades informais, sem fontes permanentes de renda e com empregos precários. Este resultado pode estar ligado igualmente a quatro factores relacionados: (i) a exclusão involuntária das populações do sistema financeiro formal e, consequentemente, dos mecanismos tradicionais de poupança e seguros; (ii) baixos níveis de consciência e educação financeira sobre os benefícios de adesão aos canais formais de seguro e poupanças; (iii) falta de rendimentos, (iv) rendimentos baixos e sazonais.

O gráfico 6 abaixo mostra os resultados em relação à adesão a poupança para Moçambique, entre 2014 e 2019. Aqui o termo poupança é entendido como o dinheiro ou um bem de valor reservado para pagar algo diferente de despesas ou transacções normais. Esse significado difere de investimento relacionado a dinheiro colocado em um meio, seja ele formal ou informal, para obter juros no final e com o risco associado de perder o valor investido.

Os dados mostram que, em 2019, cerca 55% dos indivíduos adultos não fez nenhuma poupança, apesar desta proporção ter reduzido em relação a 2014 (65%). A parte disso, nota-se que a adesão aos mecanismos formais de poupança reduziu de 8% em 2014 para 7% em 2019. Em consequência dessa redução, os mecanismos de poupança informal e o entesouramento (guardar dinheiro em casa) está aumentando significativamente. A adesão aos serviços de poupança informais passou de 19% da população adulta em 2014 para cerca de 22% em 2019; e quanto à prática do entesouramento, os dados mostram um salto e dobro entre 2014 para 2019, de 8% para 16%, respectivamente. Estes dados mostram, por um lado, a necessidade de uma maior liquidez por parte das famílias (para justificar o guardar o dinheiro dentro de casa) e por outro a falta de confiança no mecanismo formal de poupança (FinScope, 2019).

Gráfico 7: Estrutura do Acesso aos Serviços de Poupança para População adulta em Moçambique. FinScope 2014 e 2019

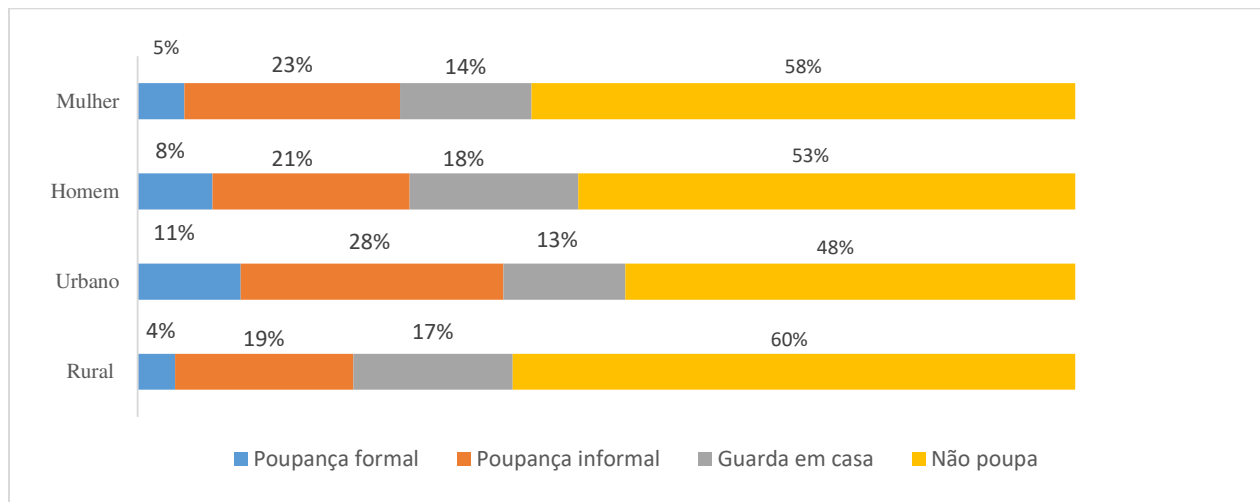


Fonte: FinScope (2019)

O gráfico 7 mostra a estrutura da adesão dos mecanismos de poupanças por áreas de residência e por sexo. Os dados não são surpreendentes: cerca de 52% dos indivíduos adultos nas zonas urbanas têm algum mecanismo de poupança em comparação com 40% dos adultos nas áreas rurais. Quanto ao sexo, os dados mostram uma diferença de quase 5% a favor dos homens na adesão aos mecanismos de poupança (homens com 47% contra 42% para as mulheres).

Tanto na área urbana quanto na rural é predominante o mecanismo informal das poupanças e, entre os homens e mulheres, as mulheres são as mais propensas a aderir aos mecanismos informais de poupança (23%) em detrimento dos homens (21%); os homens são mais propensos a guardar o dinheiro dentro de casa (18%) em relação às mulheres (14%); nas zonas rurais há maior propensão de entesouramento (17%) e quase é diminuto o uso dos canais formais para a poupança (4%).

Gráfico 8: Distribuição do acesso aos Serviços de Poupança para População adulta em Moçambique, segundo área de residência e sexo. FinScope 2014 e 2019



Fonte: FinScope (2019)

Por fim, os dados mostram que o uso dos canais formais de poupança é predominantemente urbano (11%). Isso explica-se porque boa parte das instituições financeiras formais estão fixadas nas grandes cidades e vilas municipais. Ou seja, a bancarização da economia ainda é um fenómeno urbano.

Contudo, esforços institucionais e governamentais para alargar a cobertura dos serviços financeiros para as populações, sobretudo nas zonas rurais, estão sendo notáveis. Por exemplo, segundo dados do relatório de inclusão financeira de 2022, no quadro das iniciativas do Governo, orientadas para a inclusão financeira da população rural, há a destacar, à luz do projecto “*Um Distrito, Um Banco*”, a existência de um total de 45 distritos bancarizados (de um total de 154 distritos) e o registo de 5368 grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR), envolvendo 175 967 membros, que movimentaram, em 2022, um valor acumulado de cerca de 666,3 milhões de meticais (Banco de Moçambique, 2023) o equivalente, em média, a uma contribuição de aproximadamente 4 mil MT por membro.

No geral, conforme mostrado no gráfico 6, cerca de 55% dos adultos população adulta não poupa dinheiro formal ou informalmente (incluindo poupar em casa). Apenas uns poucos adultos (7 por cento) em Moçambique poupam dinheiro através de dispositivos formais, que incluem bancos e produtos formais não bancários. É, portanto, essencial educar os moçambicanos sobre como podem começar a poupar e investir para o futuro para mitigar o risco de cair na pobreza.

Conclusões e observações finais

A estrutura e a dinâmica das actividades informais no país mostram uma realidade em constante transformação ao longo do tempo. Em um ambiente de baixa criação de empregos formais, as opções de geração de renda e de sustento da grande maioria da população passam necessariamente pelo desenvolvimento de actividades económicas no sector informal.

O peso e a significância desse sector para as estruturas produtivas e para a economia e a sociedade fazem surgir preocupações legítimas ligadas à protecção e à segurança social específicos para essa classe. Existe dentro do país um quadro legal favorável ao desenvolvimento e inovação neste domínio, que devem ser explorados, sobretudo no que se refere à provisão de serviços financeiros e, particularmente, os seguros abrangentes para grande maioria da população.

Por exemplo, a Estratégia de Inclusão Financeira de Moçambique 2016 – 2022 (ENIF 2016 – 2022), que visava, entre outros, aumentar o acesso e a diversificação dos provedores, produtos e serviços por meio de inclusão financeira, e estabelecia uma visão para o aprimoramento da inclusão financeira em Moçambique, tem mostrado desenvolvimentos notáveis nesse sentido. A avaliação do alcance das metas traçadas nesta estratégia (que findou em Dezembro de 2022), mostra um progresso significativo em muitas acções e desafios persistentes em outros domínios.

É, sem dúvida, digno de menção, o aumento do nível de cobertura da infra-estrutura de suporte à telefonia móvel e esta ferramenta mostra-se fundamental para o aumento dos níveis de inclusão financeira, considerando que, em 2022, o número de utilizadores deste serviço aumentou.

O desenho de produtos e serviços financeiros a baixo custo, que vão de encontro com as realidades específicas das populações (baixos níveis de educação formal, por exemplo), pode permitir um maior alargamento das opções de inclusão financeira das populações, contribuindo para a estabilidade social e o bem-estar ao longo do tempo. Os produtos de poupança e de seguros podem desempenhar um papel importante neste domínio. São igualmente importantes por constituírem fundos que podem ser investidos e são importantes para motivar em todas as plataformas, formais e informais. Neste quadro, a extensão da cobertura da segurança social para as populações financeiramente mais vulneráveis e, na sua maioria, com fonte de subsistência provenientes do sector informal, afigura-se como um ponto de partida importante.

Do mesmo modo, incentivar a adesão das mulheres aos serviços de seguro e poupanças constitui um marco crucial e importante para a integração e consolidação da participação da mulher na vida económica do país, sobretudo para a mulher rural. De modo a prosseguir com a inclusão financeira, diferentes organizações, (inter)nacionais, têm-se dedicado a diferentes formas de expandir o acesso a serviços financeiros para as comunidades mais pobres e excluída do sistema financeiro formal (SFF). Uma destas é a criação de pequenos grupos de poupança e crédito (GPC) nas comunidades²⁵.

²⁵ Sobre os GPC ver Ali et al., 2014.

CAIXA 1: O que dizem os dados sobre as despesas em Educação e Saúde em Moçambique?

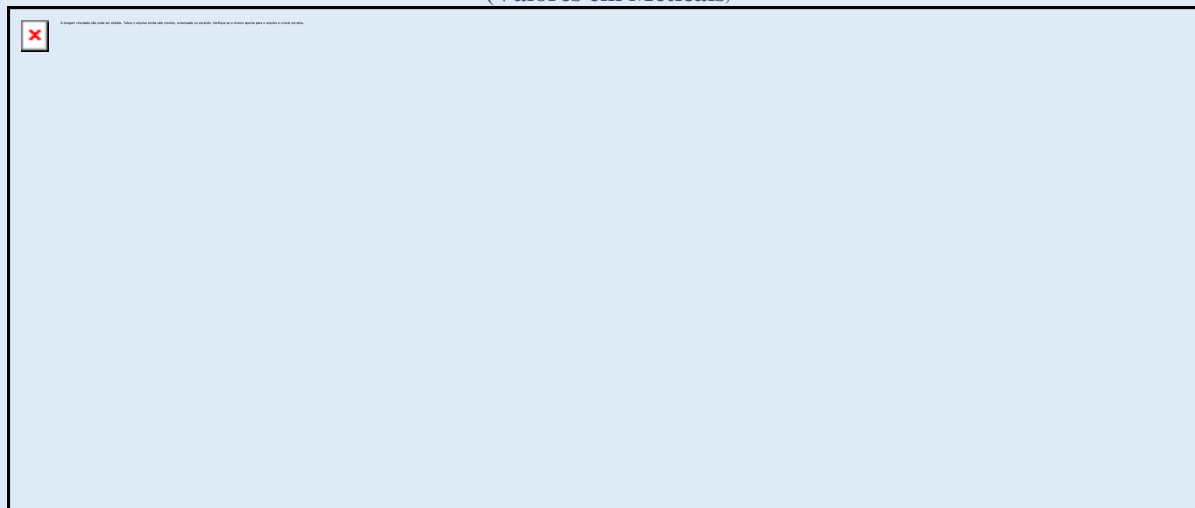
Os dados do mais recente Inquérito sobre os Orçamentos Familiares de 2019/20 (IOF 2019/20) mostram que os Agregados Familiares (AF) residentes em Moçambique fazem, em média, um gasto mensal em aquisição de bens e serviços de cerca de 8 108,00 Meticais (MT), o equivalente, em média, a 97 296,00 MT por ano. Os níveis de despesa mais elevados são registados na área urbana (12 587,00 Meticais por mês) comparativamente a área rural (5 741,00 Meticais por mês). Em termos *per capita*¹ (por cada habitante), os resultados mostram que, mensalmente, cada pessoa gasta em média 1 695,00 MT por mês, sendo que na área urbana este valor é de 2 606, MT e na área rural é de 1 207,00 MT (INE, 2021).

Desagregando os dados da despesa por categorias de bens e serviços e olhando, especificamente, para as despesas em educação e saúde, os dados mostram que, em conjunto, estas duas categorias de despesa absorveram cerca de 4,1% do total da despesa, e esta proporção muda significativamente por áreas de residência: na área rural os gastos em saúde e educação correspondem a apenas 1,7% do total da despesa, ao passo que na área urbana o peso das despesas em saúde e educação é de mais de 3 vezes a área rural, com um percentual cerca de 6,2%.

Em termos monetários, os resultados do IOF 2019/20 mostram que, em média, cada família moçambicana gasta, por mês, um total de 335,00 MT, dos quais 139,00MT em saúde e 196,00MT em educação. Por ano estes valores são equivalentes a cerca de 1 668,00MT em despesas com saúde e 2 340,00MT em despesas com a educação, ambos totalizado 4 018,00MT.

Por áreas de residência, os dados mostram um elevado hiato entre os gastos em educação e saúde entre a área urbana e a área rural. Os AF na área urbana gastam por ano cerca de 8 vezes mais em educação e saúde em comparação com os AF residentes nas zonas rurais, nos valores respectivos de 9 349,00MT e 1 187,00MT.

Gráfico 9: Despesa mensal do AF por área de residência, segundo divisões de despesa. Moçambique, 2019/20
(Valores em Meticais)



Nota:

¹ Para uma média de cerca de 5 indivíduos por Agregado Familiar

Bibliografia

- Ali, R., Ibraimo, Y., massarongo, F., Massingue, N. (2014). Grupos de Poupança e Crédito Rurais como Opção para a Inclusão Financeira: Uma Análise Crítica, In Desafios para Moçambique, 2014. Grupos de Poupança e Crédito Rurais como Opção para a Inclusão Financeira; 137 – 162.
- Banco de Moçambique (2023). Relatório De Inclusão Financeira 2023; 8.^a Edição, Banco de Moçambique; Gabinete de Inclusão Financeira, Maputo-Moçambique;
- De Abreu, Silvina Rodrigues, e De Abreu, António Pinto (1996). Sector informal em Moçambique: uma abordagem monetária». Staff paper, 5, Maputo, Banco de Moçambique.
- De Abreu, António Pinto (2007), Sector Informal, Microfinanças e Empresariado Nacional em Moçambique; Cadernos de Estudos Africanos;
- FINSCOPE (2019). Mozambique CONSUMER SURVEY Report (2019), Ministério das Finanças, Maputo-Moçambique.
- INE — Instituto Nacional de Estatística. (2006). Resultados Do Primeiro Inquérito Nacional Ao Sector Informal (INFOR — 2004), Maputo-Moçambique;
- INE — Instituto Nacional de Estatística. (2009). Resultados Definitivos do 3º Recenseamento Nacional da População e Habitação (IV RGPH 2007);
- INE — Instituto Nacional de Estatística. (2016). Resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2014/15 (IOF 2014/15), Maputo-Moçambique;
- INE — Instituto Nacional de Estatística. (2019). Resultados Definitivos do 4º Recenseamento Nacional da População e Habitação (IV RGPH 2017);
- INE — Instituto Nacional de Estatística. (2021). Resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2019/20 (IOF 2019/20), Maputo-Moçambique;
- INE — Instituto Nacional de Estatística. (2022). Inquérito do Sector Informal — INFOR 2021. Relatório Final. Maputo-Moçambique;
- INE — Instituto Nacional de Estatística. (2022). Estudos Temáticos sobre o Sector Informal — INFOR 2021. Maputo-Moçambique;
- Instituto Nacional de Segurança Social (2020). Estatísticas da Segurança Social Obrigatória de Moçambique 1990 – 2018;
- Medina, L., & Schneider, F. (2018). Shadow Economies Around the World: What Did We Learn Over the Last 20 Years? IMF WP/18/17;
- Ministério do Trabalho e Segurança Social (2022). 4º Boletim Estatístico sobre Protecção Social. Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho, Maputo — Moçambique,
- Sulemane, José A. (2001), Economic Decline: A Study with Reference to Mozambique, Indiana, University of Notre Dame.

Anexos

Anexo1: Benefícios concedidos pelo INSS

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	REGIMES ABRANGIDOS
a) Subsídio por doença; b) Subsídio de internamento hospitalar; c) Subsídio de maternidade; d) Subsídio por morte; e) Subsídio de funeral; f) Pensão por velhice; g) Pensão por invalidez; h) Pensão de sobrevivência.	TCO – Trabalhadores por conta de outrem TCP – Trabalhadores por conta própria

Fonte: INSS

Anexo2: Benefícios concedidos pelo INSP

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
• Aposentação • Aposentação voluntária • Aposentação obrigatória • Aposentação extraordinária • Aposentação extraordinária para dirigentes do Estado • Aposentação extraordinária para militares • Aposentação por incapacidade • Pensão de sobrevivência • Pensão de sangue	• Pensão por serviços excepcionais e relevantes prestados ao país • Assistência médica e medicamentosa para os funcionários do Estado • Subsídio por morte • Subsídio de funeral • Suplemento de vencimentos • Licença de parto • Licença em casos de doenças crónico-degenerativas e mentais

Fonte: INPS

Anexo 3: Total de Empresas do Mercado de Seguros: 2015 – 2022

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de Empresas de Seguros	18	19	20	21	21	21	21	19
Não Vida	10	11	12	13	13	13	13	13
Vida	4	4	4	4	4	4	4	2
Mistas	4	4	4	4	4	4	4	4
Número de Empresas de Microseguros	1	1	1	1	1	1	1	1
Produção de Seguros (em milhões de MT)	9,373,9	10 626,8	13 023,4	13 158,9	15 950,1	18 494,1	20 229,4	19 932,9
Não Vida	7681,9	8794,1	11 504,7	11 482,7	13 813,6	16 029,0	17 859,1	16 992,1
Vida	1692,0	1832,7	1518,7	1676,2	2136,5	2465,1	2 370,3	2940,8
Taxa de Crescimento	10,1%	13,4%	22,6%	1,0%	21,2%	15,9%	9,4%	-1,5%
Não Vida	5,5%	14,5%	30,8%	-0,2%	20,3%	16,0%	11,4%	-4,9%
Vida	37,2%	8,3%	-17,1%	10,4%	27,5%	15,4%	-3,8%	24,1%

Fonte: ISSM e BM

Anexo 4: Entidades autorizadas ao exercício de Actividade seguradora em Moçambique: 2023

Nº	Seguradoras	Ramos Autorizados	Sede
1	Empresa Moçambicana de Seguros, SA	Vida e Não Vida	Av. 25 de Setembro, nº 1383, C.P. nº 696, Tel: 21-356300/1, Cidade de Maputo
2	Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, SA	Vida e Não Vida	Edifício Platinum Corporate, Rua de Kassuende, nº 210, piso 19, Bairro Polana Cimento A, Tel: 21489700, Maputo
3	Global Alliance Seguros, SA	Vida e Não Vida	Av. Marginal, nº 141, Tel: 21-493110, Cidade de Maputo
4	Holland Moçambique Companhia de Seguros, SA	Não Vida	Av. Sociedade de Geografia, n.º269, Tel: 21-357700, Cidade de Maputo
5	Moçambique Companhia de Seguros, SA	Não Vida	Av. Kenneth Kaunda, nº 518, Tel: 21-485020, Cidade de Maputo
6	Companhia de Seguros da África Austral, SA	Não Vida	Rua Faralay, nº 108, Bairro da Sommerchild, Tel: 21-488836, Cidade de Maputo
7	Holland Vida Companhia de Seguros, SA	Vida	Av. Sociedade de Geografia, n.º269, Tel: 21-357700, Cidade de Maputo
8	BRITAM Companhia de Seguros de Moçambique, SA	Não Vida	Av. Marginal, nº 4067, R/C, C.P. 3681, Tel: 21-492840/8/9, 823068486, Cidade de Maputo
9	Companhia de Seguros Índico, SA	Não Vida	Av. Barnabé Tawa, nº 333/659, Tel: 21-488082, Cidade de Maputo
10	Sanlam Moçambique Vida Companhia de Seguros, SA	Vida	Av. Kenneth Kaunda, nº 1202, Tel: 21-494208, Cidade de Maputo
11	Diamond Companhia de Seguros, SA	Não Vida	Av. Kenneth Kaunda nº 382, Tel: 21-484955, Cidade de Maputo
12	Phoenix Companhia de Seguros de Moçambique, SA	Não Vida	Rua Travessa Faria de Sousa, n.º 27, Bairro Sommerschiel II, Tel: 21-485376, Cidade de Maputo
13	Imperial Insurance Moçambique, SA	Não Vida	Av. Tomás Nduda, nº 523 Bairro de Sommerschild, Tel: 826683951, Cidade de Maputo
14	Arko Companhia de Seguros, SA	Não Vida	Av. Armando Tivane, nº 569, Tel: 21499071, Cidade de Maputo
15	Mediplus Companhia de Seguros, SA	Não Vida	Rua D, Casa, nº 27, Bairro da Coop, Tel: 21-486322/3, Cidade de Maputo
16	Palma Companhia de Seguros, SA	Não Vida	Av. Mao Tsé Tung, nº 1359, 1º Andar, Polana Cimento, Tel: 21-422551, Cidade de Maputo
17	Companhia de Seguro Horizonte, SA	Não Vida	Av. 7 de Setembro, Bairro Torrione, Tel: 87-8880011, Cidade de Quelimane
18	Mais Vida Companhia de Seguros de Saúde, SA	Não Vida	Av. 25 de Setembro, Edifício Time Square, nº 1270, Tel: 87 5005000, Cidade de Maputo

Fonte: ISSM